

**DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO  
PROJETO DE ASSENTAMENTO AGROEXTRATIVISTA  
SANTANA**



**PONTA DE PEDRAS – MARAJÓ – PARÁ  
SETEMBRO - 2014**

## **Dados Gerais**

Projeto  
**ATER-Marajó – Chamada Pública 01/2013 – INCRA SEDE**  
**Ano 2013 – Lote 19**

Realização  
**Instituto Peabiru**

Diretor  
**João Meirelles Filho**

Equipe Técnica e de campo  
**Thiara Fernandes**  
**Rosemiro Rodrigues**  
**Paula Vanessa Silva**  
**Ana Rachel Broni**  
**Ediana Tavares**  
**Elvesson Ferreira**  
**Gilberto Azevedo**  
**Gilberto Oliveira**  
**Elaine Gouvêa**  
**Pedro Santos**

Estagiárias  
**Karlla Tavares**  
**Thaíssa Oliveira**

Elaboração do documento  
**Paula Vanessa Silva**

Revisão  
**Hermógenes Sá**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA.....</b>	<b>5</b>
<b>a. Análise FOFA.....</b>	<b>6</b>
<b>b. Linha do tempo .....</b>	<b>6</b>
<b>c. Calendário agrícola.....</b>	<b>6</b>
<b>3. RESULTADOS ALCANÇADOS.....</b>	<b>7</b>
3.1. SITUAÇÃO ATUAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	7
? Fortalezas .....	10
? Fraquezas .....	11
? Oportunidades .....	11
? Ameaças.....	12
3.2. ATIVIDADES PRODUTIVAS ATUAIS E POTENCIAIS.....	12
? Calendário Agrícola .....	13
? Mapa participativo .....	20
? Linha do tempo .....	23
3.3. SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS COMUNITÁRIOS ATUAIS E POTENCIAIS .....	25
<b>4. AVALIAÇÃO DA REUNIÃO DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO (DRP). .....</b>	<b>26</b>
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>28</b>
<b>6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>29</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Neste documento são apresentados os resultados do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Santana, localizado no município de Ponta de Pedras – Marajó - Pará. A atividade faz parte das ações previstas na Chamada Pública 01/2013 INCRA Sede, Lote 19 (Ponta de Pedras e Cachoeira do Ararí) para Projetos de Assentamento Agroextrativistas. O mesmo tem como objetivo implantar atividades produtivas sustentáveis familiares e coletivas, assim como processos de comercialização, visando à segurança alimentar, a inclusão produtiva e social das famílias beneficiárias da reforma agrária, especialmente de mulheres e jovens, e o incremento da renda.

A primeira etapa deste processo foram as **Visitas para diagnóstico da unidade familiar** (atividade 1.2), realizadas entre os meses de junho a julho de 2014, que consistiam na aplicação de questionários às famílias assentadas, os quais abordaram aspectos econômicos, sociais, ambientais e produtivos. A segunda etapa é a **Elaboração de diagnóstico das atividades produtivas e dos empreendimentos familiares e/ou coletivos das comunidades beneficiárias** (atividade 1.3). O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) “é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento” (VERDEJO, 2006).

Desta forma, para iniciar esse processo de planejamento e desenvolvimento do PAE Santana, foi realizado no dia 05 de setembro de 2014, uma reunião para aplicação do DRP, o qual teve como objetivo compreender e perfil das famílias assentadas em questões diretamente relacionadas às atividades produtivas e aos empreendimentos comunitários, por meio de discussões entre os beneficiários da política de reforma agrária. Não obstante, tais discussões foram conduzidas para abordar os seguintes temas propostos:

- Situação atual da organização social;
- Situação das atividades produtivas atuais e potenciais;
- Situação dos empreendimentos comunitários atuais e potenciais;
- Situação da comercialização dos produtos;
- Identificação de ameaças e oportunidades.

Para tanto, foi elaborado um roteiro metodológico (anexo a este documento), em que estão descritas as ferramentas de abordagem participativa, utilizadas na moderação da oficina pelos técnicos do Instituto Peabiru.

## 2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Para a realização do diagnóstico a equipe do Instituto Peabiru fez uso da abordagem participativa, metodologia de trabalho utilizada na instituição, com intuito de assegurar o envolvimento dos integrantes na atividade e nas ferramentas propostas, pois permite ao pesquisador responder perguntas sobre *que* tipo de conhecimento se quer e necessita, a *quem* se dirige e *quem* vai dele se beneficiar (GOMES, 2001), e desta forma possibilite que o resultado do diagnóstico se aproximasse da realidade local<sup>2</sup>. Além da reunião coletiva completaram o diagnóstico, entrevistas individuais com informantes-chave que auxiliaram na compreensão da dinâmica do assentamento.

As informações foram anotadas com pincéis coloridos, em cartolinas de diferentes cores e/ou tarjetas, algumas vezes pelos facilitadores da oficina e em outras pelos próprios participantes. Os cartazes resultantes da aplicação das ferramentas foram afixados nas paredes do local onde a oficina foi realizada e ficaram expostas durante toda a reunião para auxiliar na condução da mesma, sendo consultadas sempre que necessário, tanto pelos facilitadores da oficina, quanto pelos participantes. Como procedimento metodológico, a primeira parte da oficina foi direcionada a esclarecer o objetivo da reunião, e explicar aos participantes da mesma, o que é o Diagnóstico Rural Participativo e ressaltar sua finalidade no contexto do projeto, assim como as etapas que serão realizadas após o mesmo. Também foi realizada uma nova apresentação da equipe técnica e dos assentados, com nome e a atividade desenvolvida e/ou profissão.

No encerramento foi realizada uma dinâmica de avaliação, denominada *dinâmica do alvo*, a qual possibilitou aos presentes na reunião, representarem em três níveis (bom, médio e ruim) o grau de satisfação em relação a atividade realizada, comunicação dos técnicos, alimentação fornecida, espaço para as crianças e tema abordado. Foi construído um alvo e foram dados adesivos onde os mesmos afixaram no campo do alvo que representasse seu grau de a sua satisfação.

As ferramentas utilizadas para facilitar a oficina foram:

**a. Análise FOFA**

- a.1. Objetivo: identificar, analisar e visualizar a situação atual do grupo, a partir da percepção dos associados, com intuito de conseguir um fortalecimento organizativo;
- a.2. Abordagem: os facilitadores explicam o objetivo da ferramenta, fazendo com que os participantes reflitam sobre as fortalezas, debilidades, fraquezas e ameaças a organização a qual pertencem enquanto os moderadores tomam notas nos cartazes, anotando os pontos discutidos.
- a.3. Resultado: Quadro final da avaliação contendo as fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças para o grupo.

**b. Linha do tempo**

- b.1. Objetivo: descrever os fatos cronologicamente que ajudaram a chegar até o momento no qual estamos;
- b.2. Abordagem: Discutir e construir coletivamente, onde cada participante descreve os fatos e identifica o período do tempo em que ocorreu. Indo ao quadro e escrevendo o fato histórico
- b.3. Resultado: Um mapa sobre a linha do tempo das principais atividades e anotações de relatos que o grupo achar necessário.

**Mapa participativo**

- b.4. Objetivo: identificar áreas de coleta dos recursos naturais utilizada pelas famílias assentadas.
- b.5. Abordagem: formar um grupo e explicar o objetivo da ferramenta e os elementos do mapa. Para ajudar a começar a mediação, pode sugerir iniciar com elementos de referência.
- b.6. Resultado: um mapa construído pelos moradores com áreas de coleta identificadas.

**c. Calendário agrícola**

- c.1. Objetivo: identificar os períodos de safra e entressafra dos recursos naturais utilizados pelas famílias ao longo do ano.

- c.2. Abordagem: será construída uma matriz com todos os meses do ano em um cartaz. Em seguida são identificados os recursos naturais utilizados pelas famílias e de maneira paralela, estes identificam os meses de safra e entressafra.
- c.3. Resultado: matriz com os períodos de safra e entressafra da produção local.

### **3. RESULTADOS ALCANÇADOS**

A seguir é apresentada a sistematização das informações obtidas por meio da moderação dos técnicos do Instituto Peabiru. Devido ao número de comunidades e distâncias geográficas, foram considerados dois polos de trabalho no PAE Santana que foi dividido da seguinte forma:

- ✓ Polo I: Santana, Porto Santo, Rio Fábrica e Tartarugueiro;
- ✓ Polo II: Laranjeira, Guajará e Rio Craíru.

Neste primeiro momento, a atividade foi realizada no Polo I, da qual participaram 39 mulheres e 20 homens, que somados representam aproximadamente 16% dos assentados. Para completar e enriquecer o diagnóstico do PAE, também será realizado um diagnóstico no Polo II.

#### **3.1. SITUAÇÃO ATUAL DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL.**

Com intuito de compreender pontos que possam auxiliar no planejamento de ações em prol do desenvolvimento do assentamento, assim como o acesso a políticas públicas para beneficiários da reforma agrária, foi realizada uma análise geral de algumas das organizações sociais que estiveram representadas na reunião por seus presidentes e/ou associados.

O PAE Santana é composto pelas comunidades Santana, Rio Fábrica, Laranjeira, Craíru, Porto Santo, Tartarugueiro e Guajará. No entanto, apenas as comunidades Santana e Rio Fábrica, tiveram tanto associados quanto presidentes de suas associações na reunião. Estes últimos foram entrevistados individualmente para dar informações mais detalhadas sobre a organização, conforme exposto a seguir. As comunidades Carirú, Porto Santo e Tartarugueiro, foram representadas apenas pelos sócios, contribuiram apenas com informações nos temas propostos na Análise FOFA. Enquanto Guajará e Laranjeira, não tiveram representantes (Figura 01).



**Figura 01:** Comunidades que compõem o PAE Santana e respectivas associações

Vale destacar ainda que, além das associações existentes em cada comunidade que compõe o PAE Santana, os membros das famílias geralmente são filiados ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ponta de Pedras ou a Colônia de Pescadores Z-40.

➤ **Comunidade Rio Fábrica**

**Associação dos Trabalhadores Rurais Agroextrativistas do Rio Fábrica (ASTRAEF):** Representada pela senhora Nazaré Lator. Foi fundada no dia 04 de Novembro de 2000. Está inscrita sob o CNPJ 04.345.410/0001-25, está com suas obrigações tributárias em dias, não obstante, a última reunião da organização aconteceu no dia 28 de julho de 2013, desta forma a coordenação não está regularizada perante o estatuto da organização. Na ocasião a presidente não soube informar o número de membros da associação.

➤ **Comunidade Santana:**

**Associação dos Remanescentes Quilombola (ARQAIS):** representada pela senhora Elita Ferreira de Andrade. Foi fundada dia 11 de Setembro de 2011 e está inscrita com CNPJ 15.002.748/0001-62. A

mesma está em dias com suas obrigações tributárias e com o regimento da associação, datando a última reunião o dia 02 de setembro de 2014. Atualmente, estão cadastrados na organização 50 associados, entre homens e mulheres.

*“Quando o INCRA veio aqui, ele queria que cada comunidade formasse uma associação. [representante da ABREPOA, Delmiro].*

**Associação de Beneficiários do assentamento de Santana do Arari (ABREPROA):** representada pelo Sr. Delmiro Rosa. Sobre a associação, foi informado que esta foi fundada, em 2012, com intuito de agrupar pessoas das sete comunidades que compõem o PAE Santana, principalmente nas questões referentes as casas subsidiadas pelo INCRA. Segundo o presidente, a organização está em dias com seus tributos, e está sendo movida uma ação contra o órgão, pois muitas casas foram entregues inacabadas e outras nem foram entregues aos assentados.

Em relação as comunidades Tartarugueiro, Porto Santo e Rio Crairú, por falta de representantes não foram obtidas maiores informações sobre as mesmas, principalmente Guarajará e Laranjeira:

➤ **Comunidade Tartarugueiro**

Associação de Remanescentes Quilombolas de Tartarugueiro (ARDQT)

➤ **Comunidade Porto Santo:**

Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Agroextrativista de Porto Santo (ASTRAEP);

➤ **Comunidade Crairú:**

Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Agroextrativista do Rio Crairu (ASTRAEC);

Com a aplicação da ferramenta denominada Análise FOFA, foi possível caracterizar a atual situação das organizações sociais que constituem o PAE Santana (figura 02).

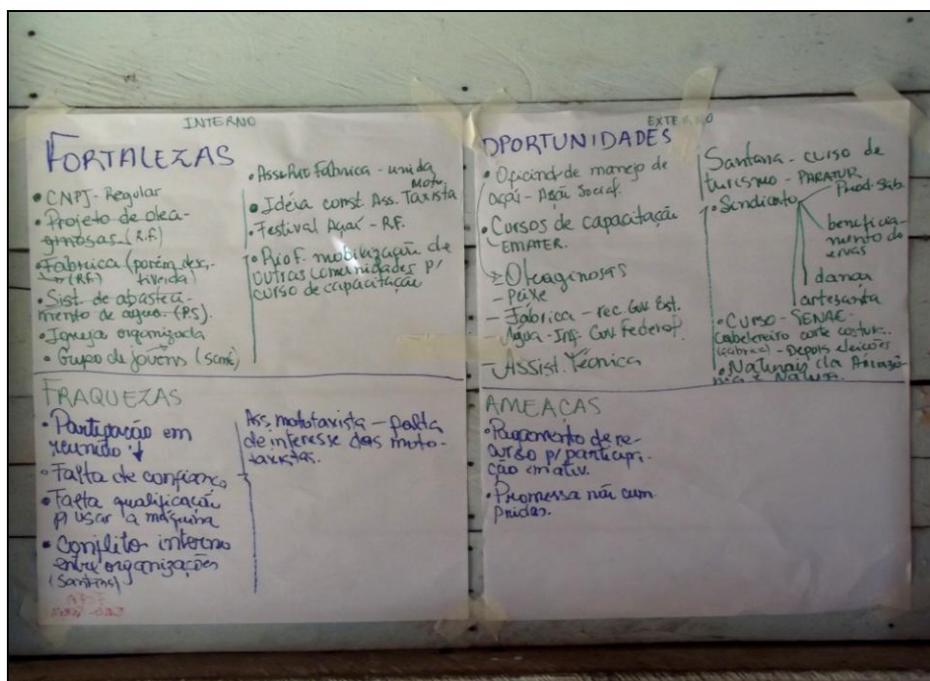


Figura 02: Cartaz da Análise FOFA das organizações sociais.

### ✓ Fortalezas

Como ponto positivo, foi ressaltado pelos presentes na reunião, que cinco das sete organizações sociais das comunidades que compõem o assentamento, estão em dias com suas obrigações tributárias, ou seja, estão com o CNPJ regular. Podendo ser destacado ainda que na ASTRAEP e na ASTRAEF, todos os associados em estão adimplentes com as mensalidades.

Os moradores da comunidade Santana, destacaram que há no local, uma movimentação para a criação de uma associação de moto taxista. Situação vista como benéfica, visto que os moradores terão maior facilidade de acesso a comunidades vizinhas como Tartarugueiro e Crairú, já que o transporte público é inexistente no PAE, e a mototaxi é um dos meios de transporte muito utilizado pelos moradores do assentamento.

Foi observado que, para todas as comunidades do PAE Santana, a igreja católica é um vetor de mobilização social, visto que esta consegue reunir várias famílias em eventos como celebrações, batizados e outras eucaristias. Não obstante, foi ressaltado o envolvimento dos jovens em ações da igreja, fator apontado como minimizador da aproximação com drogas e álcool.

Em relação a Igreja Protestante, foi destacado que na comunidade Rio Fábrica, esta promove várias ações como congressos e batismos nas águas, e os fieis são unidos e realizam atividades organizados em mutirões voluntários.

*“Aqui em Santana tem grupo de jovens e são bastante participativos, tem banda de fanfarra e se apresentam em várias comunidades e em Ponta de Pedras”. [Assentada Cristina].*

Outra situação apontada como relevante é a realização de eventos, como por exemplo, o Festival do Açaí no Rio Fábrica, para arrecadação de recursos a serem revertidos em benefícios à comunidade, sendo destacado ainda o forte envolvimento das famílias nestas ações.

#### ✓ **Fraquezas**

Em relação às fraquezas observadas nas organizações sociais, foi citada a baixa participação dos sócios em reuniões das associações, principalmente dos homens. Além disto, também foram citados conflitos existentes entre as organizações do PAE, como é o caso de Santana que é representada por duas organizações e os presidentes não conseguem promover ações conjuntas em prol dos moradores da comunidade, pois há divergências políticas e descrédito de um em relação ao outro.

*“Só tem dois homens que participam da associação, muitos são machistas, são tímidos, falta um incentivo e um direcionamento dentro da comunidade”. [Presidente da ARQAIS, Sr.ª Elita].*

Foi citada nas fortalezas a proposta de criação de uma associação de mototaxista. No entanto, há orientação e conhecimento sobre associativismo e cooperativismo, assim como falta de empenho entre os moradores que prestam o serviço na comunidade Santana, para fundação da organização.

#### ✓ **Oportunidades**

Foi ressaltada articulação da ASTRAEF com instituições como a Emater e a Secretaria de Ação Social, para ofertar cursos/oficinas aos assentados, tais como: Manejo de açazais, técnicas sobre criação de peixes e processamento de sementes para extração de óleos. Foi frisado ainda, que foram

articulados, junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), cursos profissionalizantes de cabeleireiro e corte e costura para os assentados, os quais deverão ser realizados após o período das eleições.

Foi destacada a realização de cursos sobre produção de sabonetes, beneficiamento de ervas e danças tradicionais, promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR). Além do curso para formação de Guias de Turismo realizado no PAE Santana, pela Companhia Paraense de Turismo – PARATUR.

Em relação a comunidade Rio Fábrica, pode ser destacada a articulação da associação com empresas privadas, para elaboração de um projeto para aquisição de equipamentos para extração de óleos naturais, via recursos da Secretaria de Agricultura do Estado do Pará – SAGRI.

Na Comunidade de Porto Santo, por meio da articulação entre a associação local junto a Prefeitura Municipal, conseguiram a instalação do sistema de abastecimento de água. Já na comunidade Laranjeira, o abastecimento foi adquirido via Projeto do Governo Federal.

Os assentados ressaltaram também a oportunidade da Assistência Técnica e Extensão Rural, com a chegada do Instituto Peabiru no ano de 2013.

#### ✓ **Ameaças**

Outro ponto que pode ser considerado negativo, é que há um descrédito entre os comunitários em relação à ações externas, como por exemplo, a atuação do Instituto Peabiru no local, influenciando diretamente na mobilização social. Fato incitado pela promessa de pagamento para os assentados pela participação em cursos e oficinas ministrado há alguns anos pela EMATER no PAE, pois não houve o pagamento deste recurso.

*“Tem muitas oficinas que as pessoas não cumprem e foi cobrado um valor de R\$ 100,00 para participar, então não existe uma confiança pelo produtor”. [Assentado José Raimundo].*

### 3.2. ATIVIDADES PRODUTIVAS ATUAIS E POTENCIAIS

Com intuito de compreender o estado das atividades produtivas desenvolvidas no PAE Santana foram utilizadas diferentes ferramentas de abordagem participativa, como o calendário agrícola com

intuído de identificar os meses em que ocorre a safra da produção, assim como as atividades que estão relacionadas às mesmas; o mapa participativo com objetivo de identificar as zonas utilizadas para o extrativismo; e a linha do tempo para resgatar aspectos relacionados aos processos produtivos, o que mudou e como é realizado atualmente, assim como identificar as principais mudanças na paisagem local.

#### ✓ **Calendário Agrícola**

Na atividade identificou-se as frutíferas consumidas pelas famílias do PAE Santana (figura 03), foram apontadas 13 espécies: 1. Açaí (*Euterpe oleraceae*), 2. Bacaba (*Oenocarpus bacaba* Mart.), 3. Bacuri (*Platonia insignis* Mart), 4. Manga (*Mangifera* sp.), 5. Taperebá (*Spondias mombin* L.), 6. Cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd ex Spreng) Schum), 7. Buriti (*Mauritia flexuosa*), 8. Banana (*Musa* sp), 9. Muruci (*Byrsonima crassifolia* (L) HBK), 10. Pupunha (*Bactris gasipaes*), 11. Tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), 12. Coco (*Cocos Nucifera*) e 13. Limão (*Citrus limon*). Também foi ressaltado o extrativismo de oleaginosas como Murumuru (*Astrocaryum murumuru*), Pracaxi (*Pentaclethra macroloba*), Ucuuba (*Virola Surinamensis*) e Andiroba (*Carapa guianensis* Aubl), além do peixe e do camarão. Em algumas comunidades é praticado o cultivo da roça de mandioca para a produção de farinha. Não obstante, foi indicado que o extrativismo do açaí e do pescado (peixe e camarão) é a principal fonte de renda da maioria das famílias do PAE Santana.



	ACAÍ	PEIXE	CAMARÃO	FERRUGEM	BACABA	PACUPI	MANÇA	TAR	CAPI	BANANINHA	BANANA									
J																				
F																				
M																				
A																				
M																				
J																				RABANO
J																				RABANO
A																				Sopa
S																				SOPAS
O																				"
N																				PALMITO
D																				(TOMAS)

Figura 03: Calendário agrícola construído com informações dos assentados.

A safra do açaí acontece entre os meses de agosto e dezembro, no entanto, em algumas comunidades, a partir do mês de junho, a produção já tem início. Existe também o “açaí de inverno” ou açaí tratado<sup>1</sup>, que produz no período de janeiro a março, que os comunitários denominam como “safrinha”. Neste mesmo período é realizada a limpeza das áreas de coleta de açaí, e é retirado o palmito, o qual também é comercializado.

*“O início da safra de Junho até Janeiro. O açaí tratado tem açaí o ano inteiro”. [Sr. Carlos, assentado].*

Em relação ao escoamento da produção, esta é feita comumente via marreteiro e tem como principal destino as feiras de Belém. Não obstante, também é habitual as famílias utilizarem os serviços dos “freteiros”<sup>2</sup>, os quais cobram R\$2,50 por volume transportado. Porém, esse tipo de serviço só é contratado, quando o extrativista já possui um comprador “certo” para a produção.

<sup>1</sup> O açaí que as famílias chamam de tratado, é aquele manejado, de acordo com as orientações de técnicos da EMATER, que ministraram curso de manejo de açazais no PAE Santana.

<sup>2</sup> Os freteiros são donos de embarcações que cobram uma taxa para levar a produção ao mercado, com o acerto prévio do extrativista.

Entretanto, este é considerado um negócio arriscado pelos assentados, pois o preço não é acordado antes da submissão da produção, o comprador dá o preço de acordo com a oferta do produto na feira no dia da entrega, desta forma não há garantia de que a transação será lucrativa.

De maneira geral, foi pontuado que não há dificuldade para comercializar a produção, pois o mercado é garantido pelo marreteiro. Entretanto, as famílias podem vir ter diminuição da oferta de frutos, pois foi relatado, que no ano de 2013 muitos frutos secaram nos cachos antes da maturação, e boa parte da produção foi perdida.

Em relação a comercialização, de agosto a setembro, a rasa do açaí é vendida por valores entre R\$15,00 e R\$20,00. Já entre os meses de outubro e dezembro, este valor gira em torno de R\$ 25,00 e R\$ 30,00. Na entressafra (janeiro a março) é quando a rasa do açaí alcança os maiores preços, variando entre R\$ 42,00 a R\$ 52,00. Em se tratando do palmito, o preço varia de acordo com a classificação: o palmito de primeira ordem é vendido a R\$ 140,00, o cento; o de segunda a R\$ 40,00; já o de terceira varia de R\$ 10,00 a R\$ 15,00.

A atividade da pesca, como citada anteriormente, também é umas das principais fontes de renda das comunidades do PAE. Entre os meses de maio e dezembro, esta é realizada para a comercialização. De janeiro a abril, período do defeso, a pesca é realizada apenas para autoconsumo. As espécies mais extraídas pelas famílias do PAE Santana são: Mapará, Matupirí, mandubé, Mandi, Pratiqueira, Tainha, Pacu, Jaú, cachorrinho de Padre, Bacu; no entanto a Pescada branca e amarela, Dourada, Filhote e Sarda, são mais abundantes durante o ano todo.

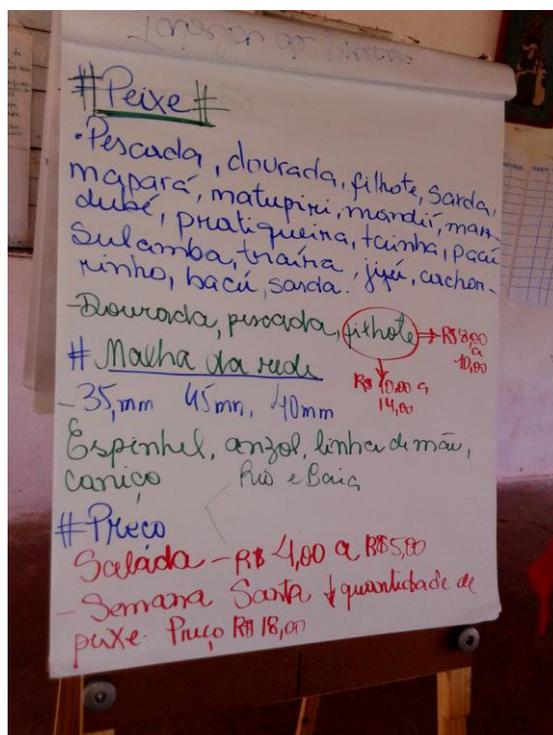


Figura 04: Espécies de peixe levantadas no PAE Santana

Em relação aos apetrechos utilizados na pesca artesanal, os mais comuns são anzol, espinhel, linha de mão, caniço e rede de malha, nos números: 35 mm, 40 mm e 45 mm. Em relação ao armazenamento e beneficiamento, o pescado é depositado em isopores com gelo e sem nenhuma espécie de tratamento.

A pesca é realizada tanto nos rios das comunidades, quanto na Baía do Marajó, denominada pelos ribeirinhos como “pesca de mar”. Não há horário predeterminado, em ambas as situações o pescador depende da dinâmica da maré para realizar a atividade. O pescado extraído nos rios da comunidade, geralmente é destinado ao consumo da família. Já a pesca de mar, realizada por pescadores da região que possuem embarcações adaptadas para atividade - considerada de média escala – tem como um dos destinos o mercado do Ver-o-Peso<sup>3</sup> em Belém, e locais da região metropolitana como Icoaraci e Mosqueiro, além do município de Salvaterra, ou ainda o próprio assentamento.

<sup>3</sup> As famílias se referem à venda do peixe no mercado em Belém, como a “venda na pedra”.

Em relação à comercialização, o valor do peixe varia de acordo com a espécie e o tamanho, por exemplo, o filhote varia de R\$ 8,00 a R\$14,00, já a pescada (amarela e branca) e a dourada são vendidas entre R\$ 10,00 e R\$14,00 aos marreteiros. No PAE é comum a venda de uma mistura de diferentes espécies peixe, que os assentados denominam como “salada”, esta é comercializada por quilo com valores entre R\$4,00 e R\$ 5,00kg.

Uma situação pontuada foi a redução da quantidade de pescado no assentamento na época da Semana Santa, devido a grande saída do recurso para o comércio em Belém. Conseqüentemente há também aumento no valor, no ano de 2014 o quilo chegou a ser vendido por R\$ 18,00. Informaram também que, no período da safra do açaí, as famílias se dedicam a coleta em detrimento da pesca, visto que a comercialização dos frutos é mais rentável.

Outra atividade desenvolvida no assentamento é a captura de camarão, realizada principalmente de maio a junho. Os materiais utilizados para a captura são: matapi (feito da tala de miriti, de garrafa pet e de tecido), parí e redes de arrasto. Esta atividade é exercida por homens e mulheres.

Em relação ao beneficiamento do camarão, foi citado que após a despesca, estes são colocados para cozer com sal, o final do produto é chamado de “camarão frito”. No período da safra, o preço varia de R\$ 10,00 a R\$ 12,00 o quilo, o camarão cru varia entre R\$ 3,00 a R\$ 5,00. Existe também a captura de camarão com a tarrafa, o preço varia de R\$ 8,00 a R\$ 10,00 o kg. Os moradores locais informam que não existem dificuldades para a comercialização do produto, além de ser vendido na comunidade, também é repassado para atravessadores.

As famílias da terra firme lidam com a roça, esta é cultivada apenas para produção de farinha, a qual é produzida principalmente para autoconsumo das famílias, pois estas se dedicam a outras atividades ao longo do ano como o extrativismo do peixe, camarão e açaí, visto que o cultivo da roça demanda muito tempo e mão de obra na realização das atividades. Desta forma os assentados, deliberadamente, cultivam uma área que é suficiente para produzir farinha em quantidade suficiente para durar 6 meses. Nos demais meses do ano a farinha é comprada, muitas vezes fora do assentamento. Foi informado que 1 hectare de roçado chega a produzir aproximadamente 10 sacas de farinha de 50 kg.

As famílias que não produzem farinha, como as que residem em áreas alagadiças do PAE, compram farinha de comerciantes da região, que são oriundas de municípios como Acará e Santo

Antônio do Tauá. Foi relatado que o preço sofre variação durante o ano. No período do verão, as famílias compram a saca de 30kg por valores entre R\$ 50,00 a R\$ 60,00. No inverno o preço varia de R\$ 70,00 a R\$ 90,00. Foi frisado que no ano de 2013, a saca já chegou a ser comprada a R\$ 200,00.

A seguir foi construído um resumo das etapas realizadas no cultivo da mandioca, desde o preparo da área à produção de farinha.

- Raleio da área – Junho e Julho
- Roçagem – Agosto
- Pousio da área – Setembro a Novembro
- Plantio<sup>4</sup> - Dezembro
- Colheita – Após nove meses do plantio

Dentre os produtos citados, a Bacaba também é um produto complementar a renda das famílias assentadas. A safra acontece apenas uma vez no ano entre os meses de dezembro a março. As árvores são nativas e não há tratamentos culturais, como acontece com o açaí. Na atividade os homens realizam a coleta e as mulheres fazem a debulha do fruto. Seu preço varia de R\$ 6,00 a R\$ 15,00 a “rasa”.

Em relação às frutíferas foi informado que o bacurí é classificado e vendido por tamanho, o grande e o médio são vendidos entre R\$35,00 e R\$ 40,00 o cento, já o pequeno (miúdo) o preço cai para valores entre R\$ 20,00 a R\$ 25,00 o cento. O fruto também é nativo.

A manga possui duas safras durante o ano, a primeira começa em janeiro estendendo-se até março e a segunda de agosto a outubro, durante a reunião foi citada duas espécies de manga; a manga de fiapo e a manga bacuri, que são as mais comuns. Estas são comercializadas para Belém no valor de R\$ 80,00 o milheiro, e nas próprias comunidades no valor de R\$ 25,00 a R\$ 30,00 o milheiro.

O Taberebá é a árvore mais comum nas áreas de várzea do PAE, o período da frutificação é de setembro a abril. A comercialização é feita dentro do assentamento, com valor R\$1,00 por quilo, e para o comércio de Belém a R\$0,25 o quilo.

Na comunidade Rio Fábrica, existe plantio de cupuaçu, o fruto começa a ser coletado de dezembro a janeiro. O preço varia de acordo com o tamanho. O cupuaçu grande (ou graúdo) é vendido a R\$ 3,00 a unidade, o médio R\$ 2,00 e o menor (ou miúdo) R\$ 0,50. Apenas esta comunidade comercializa o cupuaçu.

---

<sup>4</sup> Anteriormente ao plantio da maniva, é realizado o plantio de milho, maxixi, jerimum, melancia na área.

O coco produz o ano todo, a comercialização é feita aos marreteiros e o destino final é o mercado de Belém. O coco *in natura* é vendido entre R\$ 0,25 a R\$ 0,30 a unidade, já o coco seco varia de R\$ 0,80 e R\$ 1,00.

Em relação às oleaginosas, a andiroba tem safra entre os meses de dezembro e março. A coleta geralmente é realizada nas margens dos rios ou nas praias. Em relação a comercialização, é feita tanto da amêndoa *in natura* a R\$ 3,00 o paneiro, ou do óleo por valores que varia de R\$ 12,00 a R\$ 30,00. Foi citado também que, em anos anteriores a Natura Cosméticos e a Naturais da Amazônia comprava as sementes das famílias.

A produção do óleo de andiroba é artesanal, é um conhecimento repassado entre as mulheres, geralmente de mãe para filha. Durante a reunião, as mulheres mais velhas fizeram uma breve descrição da extração do óleo, processo que dura aproximadamente um mês.

Após coletadas, as sementes de andiroba são cozidas e em seguida postas para secar, geralmente em um paneiro de tala. Depois de secas, são abafadas em sacos plásticos por aproximadamente um mês. Após este período, a amêndoa é quebrada e é retirada a polpa que existe dentro da mesma. Este material é diariamente amassado e colocado no curatá que fica conectado a um recipiente plástico e por onde o óleo da andiroba escorre.

Em relação ao murumuru, com exceção as comunidades Laranjeira e Rio Fábrica, as demais não realizam mais a coleta, pois, com as limpezas das áreas para constituição de açazais, as árvores da espécie foram retiradas, e a semente foi praticamente eliminada. A safra acontece entre os meses de dezembro e março, a comercialização também era feita para a Natura Cosméticos e a Naturais do Brasil. No ano de 2013, o paneiro da semente foi vendido a R\$ 3,00.

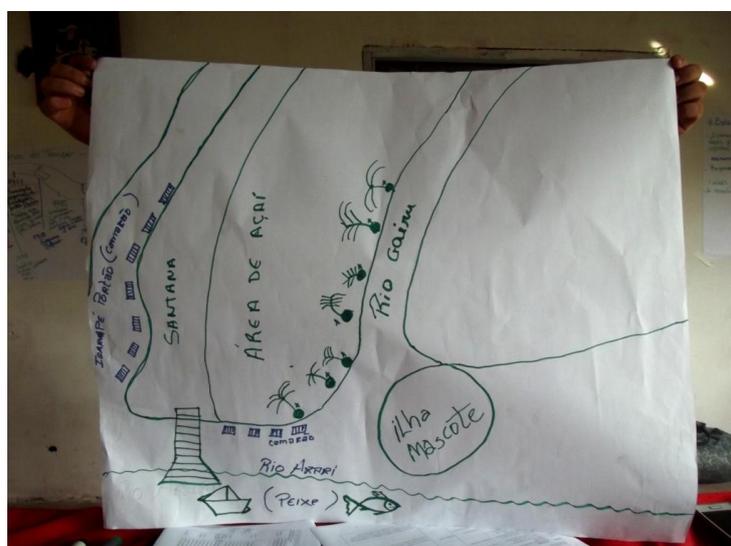
Em relação a ucuuba e o pracaxi, estes foram citados pelas famílias, no entanto, atualmente estas não se constituem em fonte complementar de renda, não obstante, as sementes de pracaxi, predominantes na comunidade Porto Santo, são utilizadas como um recurso didático, para realização atividades multidisciplinares nas escolas das comunidades, como por exemplo nas aulas de matemática para auxiliar no aprendizado da tabuada.

As demais frutíferas como: banana, pupunha, tucumã, limão, miriti, muruci, citados à cima são coletadas apenas para garantir a segurança alimentar das famílias. As famílias tiveram dificuldades para descrever a safra de todas espécies, com exceção da banana e do limão, que produzem o ano todo, e a pupunha que tem produção de março a maio.

*“Aqui na comunidade de Santana tem muita andiroba, mas ninguém junta e aí acaba comprando de outras comunidades”. [Assentada Léa Maria].*

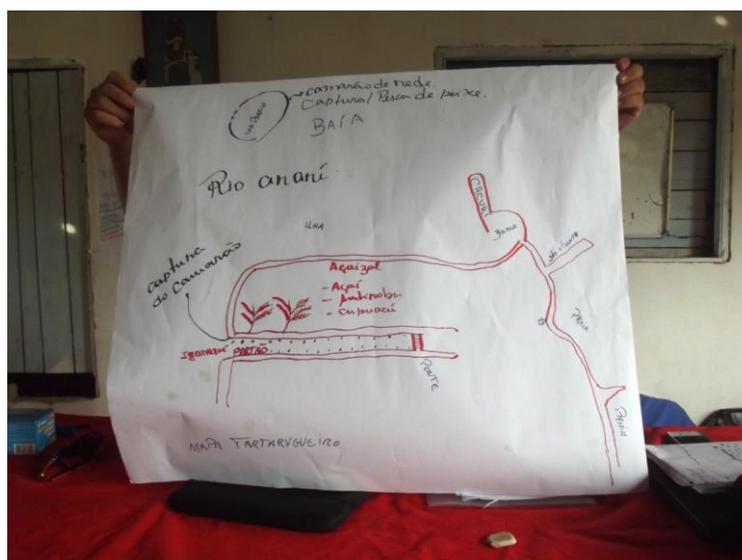
#### ✓ Mapa participativo

Para auxiliar na identificação das áreas onde são realizadas as atividades de extrativismo, foram construídos mapas participativos com as famílias das comunidades Santana, Tartarugueiro, Porto Santo e Rio Fábrica, as quais estavam representadas na reunião, visto que existem diferentes realidades nos modos de vida entre assentados que residem nas comunidades que compõem o PAE. Na comunidade Santana a captura de peixes é realizada no Rio Arari, o qual via de acesso a comunidade, a captura de camarão acontece no Igarapé do Portão. A coleta do açaí é realizada nos “quintais” e em uma área nativa da comunidade, próximo ao Rio Crairu (figura 04).



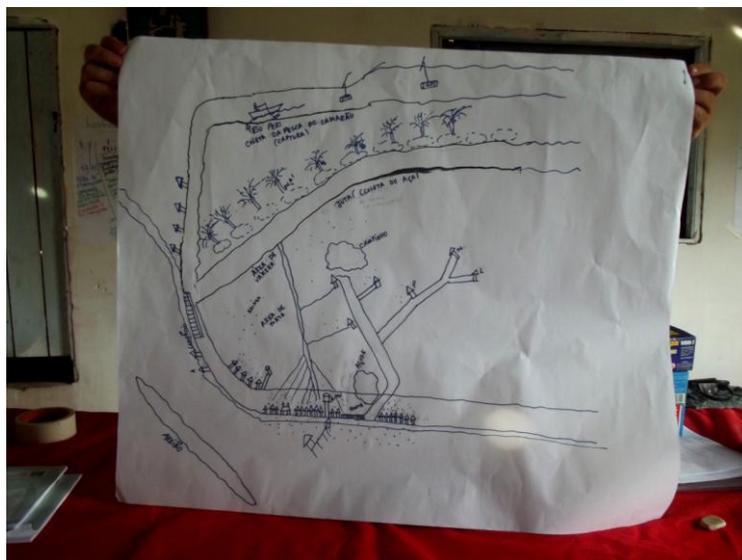
**Figura 04:** Mapa participativo das áreas de coleta da comunidade Santana

Em Tartarugueiro (figura 05), a captura do peixe e do camarão de tarrafa é realizada na Ilha do Paraíso próximo ao Rio Crairú, já a captura do camarão em matapi é realizada no Igarapé do Portão. A coleta do açaí, da andiroba e do cupuaçu é realizada na área de “terra firme” próximo ao igarapé citado anteriormente.



**Figura 05:** Mapa participativo das áreas de coleta da comunidade Tartarugueiro.

Na comunidade Porto Santo (Figura 06), a captura do peixe e do camarão é feito no Rio Peri. A coleta do açaí é realizada na área de várzea do Rio Jutaí, já a bacaba é coletada na em áreas nativas da comunidade.



**Figura 06:** Mapa participativo das áreas de coleta da comunidade Porto Santo.

Na comunidade do Rio Fábrica (Figura 07), a captura do camarão e dos peixes acontece no rio que deu origem o nome da comunidade. A coleta das oleaginosas e do açaí é feita nos quintais/terrenos das famílias que residem no local.

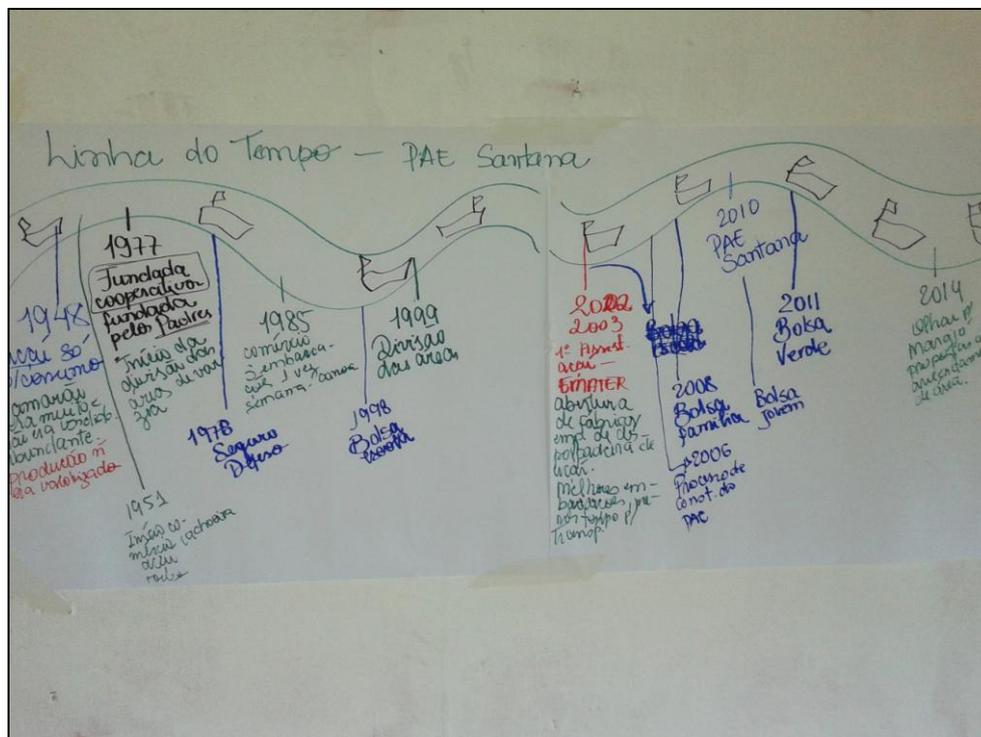


**Figura 07:** Mapa participativo das áreas de coleta da comunidade Rio Fábrica.

Em relação às frutíferas, estas são coletadas nos quintais das casas ou nas áreas denominadas como “mata”, que são locais onde a vegetação foi pouco antropizada.

### ✓ Linha do tempo

Para nos auxiliar na compreensão das transformações ocorridas no assentamento, principalmente as relacionadas à paisagem, foi construída uma linha do tempo com os assentados, a partir de seus relatos (Figura 08). Não obstante outros aspectos também foram observados e incluídos como resultado da ferramenta.



**Figura 08:** Linha do tempo do PAE Santana, construída a partir de relatos dos assentados.

Na década 1940, foi citado que o extrativismo era realizado apenas para o consumo das famílias, pois segundo as famílias os recursos naturais não eram valorizados. Foi destacado ainda que o camarão e o peixe existiam em abundância.

Foi relatado que, no início de 1950 o açaí começou a ser extraído para comercialização, no entanto ainda em pequena escala, e tinha como destino o município de Cachoeira do Arari.

Por volta de 1977, foi fundada pelos padres uma Cooperativa Agrícola chamada Irmãos Unidos, no mesmo ano acontece o início da divisão das áreas de várzea nas comunidades Laranjeira e Fábrica.

Foi relatado que, em 1985 haviam três embarcações à vela de marreteiros que já faziam a comercialização do açaí em Belém uma vez por semana. Os barcos trafegavam durante dois dias com o produto até chegar ao mercado do Ver-o-Peso. Nesta época havia poucos compradores, a venda era mais demorada.

Foi citado que por volta de 1998, alguns moradores começaram a ter acesso políticas públicas sociais, como o Bolsa Escola. No entanto, o seguro defeso, foi o primeiro benefício recebido pelos moradores na década de 1970. Foi destacado ainda que no final da década de 1990, a comunidade Santana foi dividida em lotes e cada família passou a ter definida sua área de produção.

A partir de 2002, segundo as famílias, o açaí passou a ser comercializado em média escala para indústrias de processamento dos municípios de Belém e Abaetetuba. No ano seguinte, as famílias receberam cursos de capacitação sobre Manejo de Açaizais, pela EMATER e surgiram barcos com motores mais potentes, o que facilitou a comercialização dos frutos, principalmente pela redução no tempo de viagem do assentamento até o destino final.

No ano de 2006 é iniciado o processo de constituição do PAE, fato que desencadeou um aumento populacional na comunidade, pois várias pessoas foram pra região de Santana em busca de terra. Neste mesmo ano, foram realizados os primeiros curso articulados pelo STTR de Ponta de Pedras em parceria com a EMATER.

*“Em Porto Santo existia duas ou três famílias só numa casa, com o projeto outras casas foram surgindo, outros até voltaram pra sua comunidade pra se cadastrar. Melhorou também, até as escolas para as crianças, por que muitas vezes eles iam todos pra Cachoeira do Arari pra estudar, com o projeto de assentamento as crianças puderam estudar Santana”. [Sr<sup>a</sup>. Raimunda Boulhosa, assentada].*

A partir de 2008, houve uma intensificação na comercialização do açaí, as famílias iniciaram a venda do fruto por encomenda aos marreteiros, ou seja, passaram a coletar para compradores certos.

Foi destacado que em 2010 foi homologada a constituição do PAE Santana, mesmo ano em que os jovens foram beneficiados com o Bolsa Jovem. No ano seguinte, em 2011, algumas famílias começaram a ter acesso ao Bolsa Verde. Mesmo ano em que as famílias tiveram uma baixa na produção devido a problema citado anteriormente como “seca do açaí”.

No ano de 2013, foi destacada a primeira reunião do Instituto Peabiru para atividade de Assistência Técnica e Extensão Rural. Em 2014 concretiza-se a prática de arrendamento de área da produção do açaí, e as famílias passam a denominar o fruto de “Ouro negro do Marajó”.

Um ponto que pode ser destacado é que entre os anos de 2000 e 2012, o rio Crairú foi gradativamente assoreado, hoje existem muitos bancos de areia ao longo do mesmo, fazendo que houvesse uma diminuição, assim como a dependência da dinâmica da maré para o tráfego de embarcações.

### 3.3. SITUAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS COMUNITÁRIOS ATUAIS E POTENCIAIS

Em relação aos empreendimentos comunitários, pode ser destacado como potencial a comercialização de espécies oleaginosas como a andiroba, o murumuru, o pracaxi e a ucuúba, visto que há disponibilidade deste material na comunidade, ademais, duas empresas de cosméticos compravam as sementes dos extrativistas, principalmente das famílias da comunidade Rio Fábrica. Os extrativistas chegaram a vender 10 toneladas de sementes por quinzena na safra.

Outra possibilidade é a venda do óleo destas espécies, visto que em 2007, foi construída uma fábrica para extração do óleo bruto na comunidade, com intuito de agregar valor à matéria prima. O espaço foi construído com os recursos levantados pelos membros da ASTRAEF, os quais promoveram vários eventos para arrecadar fundos. Não obstante, equipamentos como prensa<sup>5</sup>, secadora e o grupo gerador de energia, foram adquiridos por meio de um projeto elaborado em parceria com a empresa Naturais da Amazônia, submetido à Secretaria de Agricultura do Estado do Pará. Além da compra dos equipamentos, parte do recurso foi designado à realização de cursos de capacitação para os associados como: a) associativismo – com intuito de orientar a associação para gerenciar a fábrica; b) certificação dos óleos processados na fábrica, c) controle qualidade da matéria prima.

---

<sup>5</sup> Foi informado que a prensa retira o óleo bruto, pois a máquina para refinamento prevista no projeto não foi comprada.

Foi realizado um treinamento, no formato de intercambio, no município de Tracuateua (PA), onde também existe uma fábrica de processamento de óleos, com três assentados para que os mesmos aprendessem a manusear as máquinas e treinassem outros associados. No entanto, contraditoriamente, atualmente a fábrica não está em funcionamento, por falta de pessoas treinadas, segundo a presidente da ASTRAEF Sr<sup>a</sup>. Nazaré Lalar que disse *“falta qualificação aos associados para o manuseio dos equipamentos da Fábrica”*.

A presidente da associação também destacou, que as máquinas poderiam ser utilizadas por outras comunidades que compõem o PAE Santana, visto que há disponibilidade de matéria prima, caso houvessem pessoas aptas a manusear as mesmas.

*“Os moradores de outras comunidades poderiam trabalhar na fábrica”* [Sr. Nazaré Lalar, assentada].

#### 4. AVALIAÇÃO DA REUNIÃO DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO (DRP).

Em relação à avaliação da atividade realizada, esta foi considerada boa por 83% dos participantes da oficina, conforme pode ser visualizado na dinâmica do alvo (figura 10 e 11).



**Figura 10:** Assentado fazendo sua avaliação da oficina de construção do DRP.



**Figura 11:** Resultado da avaliação da oficina de DRP

Um dos motivos para a boa avaliação da oficina, foi o fato de que os assentados acharem que a equipe técnica do Instituto Peabiru, conseguiu cumprir e esclarecer o objetivo da reunião, conforme a fala de uma das participantes da oficina.

*“Eu gostei, coisas que estavam há muito tempo escondido pôde ser falado como a fábrica da comunidade que moro. São discussões para a melhoria da comunidade”. [Sr. Nazaré Lalor, Assentada].*

Além disso, a comunidade aprovou a equipe, por disponibilizar um barco para buscar os assentados, visto que muitos assentados deixam de participar de reuniões pela limitação de meio de transporte.

*“Gostei da ideia de ter um barco disponível para pegar o pessoal”. [Sr. Nazaré Lalor, Assentada].*

Na avaliação surgiu a proposta para realização das próximas reuniões em outras comunidades, como Fábrica e Porto Santo, pois, segundo os presentes, essa dinâmica proporcionaria o contato com outras realidades dentro do PAE.

A equipe do Instituto Peabiru não se opôs a demanda, no entanto, enfatizou a necessidade de possuir uma infraestrutura mínima para realização da oficina, como local para realização da reunião e para a atividade com as crianças, cadeiras, cozinha, local para a equipe pernoitar, etc.

Entretanto, foi exposto pelos presentes que essa estrutura existe, tanto na comunidade Rio Fábrica, quanto Porto Santo, e que as famílias estariam de acordo com a realização das reuniões nestes locais.

## **5. CONCLUSÃO**

Com a realização da oficina de diagnóstico, pôde ser observado que existem muitas diferenças intrínsecas ao PAE Santana, algumas relacionadas a paisagens, visto que existem comunidades em áreas de terra firme e outras em áreas de ilha, que conseqüentemente acarretam em diferenças desde o cultivo/extratativismo até a forma como as pessoas se deslocam.

Em relação a organização social, pôde ser observado que a comunidade mais problemática é Santana, visto que existem duas associações de caráter diferente: uma que deveria representar os interesses dos moradores do PAE e outra que representa os remanescentes de quilombola. Ademais, as duas lideranças locais, não tem uma boa convivência, pode ser observado que há disputas de poder e conflitos de interesse entre os mesmos. Em contrapartida, na comunidade Rio Fábrica existe uma liderança forte e os membros da associação são empenhados nas atividades da mesma.

No que diz respeito às atividades produtivas atuais, foi observado que o açaí e o peixe são as principais fontes de renda das famílias do PAE Santana. No entanto, em relação ao açaí, observou-se que há necessidade de orientação técnica, visto que o mesmo já apresentou problemas de seca no fruto e diminuição na produção e somente as famílias que participaram das capacitações da EMATER realizam minimamente o manejo.

No que diz respeito ao pescado, observa-se que em determinados períodos do ano, como por exemplo a Semana Santa, há aumento de preço dentro do assentamento além da escassez deste recurso às famílias que residem no PAE, visto que este é destinado aos mercados de Belém e municípios vizinhos.

Em relação aos empreendimentos comunitários, foi observado que existe uma grande diversidade de espécies frutíferas que garantem a segurança alimentar das famílias que residem no PAE e algumas destas são comercializadas, como é o caso do limão, do taperebá e do coco. Haja vista que existem os programas para aquisição de alimentos (PAA e PNAE), a produção dos quintais poderia ser direcionada aos mesmos, e para agregar valor, as frutas poderiam ser processadas e transformadas em polpa.

Ainda sobre os empreendimentos comunitários, haja vista que existem equipamentos que possibilitam a extração do óleo bruto de espécies oleaginosas existentes no PAE e com saída para o comércio, esta é uma atividade produtiva que pode ser fortalecida, desde a capacitação para coleta e comercialização dos frutos, como para o manuseio dos equipamentos que estão parados, segundo a representante da associação, pela falta de pessoas treinadas para a função.

## 6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERNANDES, V. L. A; VICENTINI, R. N.; BATISTA, V. da S. **Caracterização do uso de malhadeiras pela frota pesqueira que desembarca em Manaus e Manacapuru Amazonas.** Acta Amazônica. vol. 39(2) 2009: 405 – 414.

GOMES, J. C. C. **As técnicas participativas na pesquisa agrícola: fundamentos teóricos e algumas dificuldades práticas.** In: Markus Brose. (Org.). Metodologia Participativa - Uma introdução a 29 instrumentos. 1 ed. Porto Alegre: Tomo Editorial Ltda, 2001, v. 1, p. 287-294.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático.** Revisão e Adaptação: Décio Cotrim e Ladjane Ramos, Secretaria da Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gráfica da ASCAR – EMATER-RS. 2006. 62p.